

Oposição reage à indicação de Ornellas

Emílio Braga

O Senado aprovou a indicação do coronel José Ornellas de Souza Filho para o Governo do Distrito Federal por 34 votos contra oito e uma abstenção. Ao contrário da reunião da comissão técnica, que na quinta-feira aprovou por unanimidade a indicação feita pelo presidente da República, a sessão de ontem no plenário não foi pacífica. O PMDB e o PTB reagiram ao processo de nomeação e a aprovação ficou ameaçada. Só mesmo a votação secreta impediu a rejeição. O PDS não tinha a maioria absoluta de 34 senadores e foram precisos votos oposicionistas para não ser criado um impasse.

De qualquer forma a indicação do novo governador comprovou ser cada vez mais difícil que futuras nomeações para o Governo do Distrito Federal não venham sofrer considerações dos partidos políticos. A mudança que obrigou a homologação do Senado à indicação presidencial politizou definitivamente essa escolha, a um tal ponto que surpreendeu a própria liderança do PMDB. Até a véspera ela não havia atentado que tinha condições de rejeitar a nomeação.

Por causa disso o líder do PMDB, senador Humberto Lucena, não teve um dia dos mais felizes. Os dirigentes peemedebistas de Brasília ficaram indignados com a aprovação unânime da nomeação do coronel Ornellas na comissão e fizeram pressão junto à liderança oposicionista cobrando uma atitude política no episódio. Como consequência, o Senado acabou rompendo com o regimento, tornando público o período de discussão da sessão extraordinária de ontem, para permitir que os líderes do PMDB e do PTB fixassem posições contrárias ao processo de nomeação.

INOVAÇÃO

Outra inovação no processo de nomeação que passou despercebida dos senadores de todos os partidos, inclusive do PDS, é que agora já é legalmente possível a nomeação de senadores e deputados para o Governo do Distrito Federal. Não faltaram lamentações de que já desta feita poderiam ter sido realizadas gestões junto ao Palácio do Planalto visando contemplar um dos senadores do PDS com o cargo.

O resultado disso tudo deve ser a reativação dos trabalhos da Comissão do Distrito Federal, que na verdade nunca funcionou para valer. De imediato, conforme o senador Itamar

Franco, do PMDB mineiro, as reivindicações deverão girar em torno da concessão de direito à comissão para que convoque o governador e secretários para depoimentos (atualmente só pode convidar) e a criação de uma Assembléia Legislativa ou Câmara Municipal no Distrito Federal.

Esses objetivos já estão estimulando uma maior movimentação dos partidos políticos em Brasília, principalmente os da oposição, com as direções regionais querendo levar a luta pela participação política até à eleição direta do governador. Nota-se porém que aos senadores não desagradou o fortalecimento da comissão, havendo por isso certo desinteresse em engrossar o movimento das direções regionais dos partidos, já que a eleição direta do governador esvaziaria a força política da comissão e impediria a possibilidade dos senadores e deputados serem nomeados para o Governo.

Benevides garante que votou contra

O senador Mauro Benevides (PMDB-CE), telefonou ontem do Ceará para explicar que não votou a favor da indicação do coronel José Ornellas na reunião da Comissão do Distrito Federal. Presidente da Comissão, ele foi cobrado pelos dirigentes do PMDB de Brasília, quanto à unanimidade verificada na votação da comissão mas disse que não votou a favor, se retirou antes da votação, não tendo portanto votado.

Os senadores Gastão Muller (PMDB-MT) e Saldanha Derzi (PMDB-MS) os outros dois oposicionistas presentes à reunião ficarão, assim, com seus votos abertos pela unanimidade verificada na votação. Ontem, porém, não foi possível descobrir quem votou a favor da indicação, em que pese a posição contrária, das lideranças dos partidos de oposição. O senador Hugo Ramos, líder do PTB, declarou que votaria contra.

Onze senadores oposicionistas estiveram presentes à sessão de ontem, não se sabendo se todos participaram da votação, que foi secreta. Eram eles: Do PMDB, Dirceu Cardoso (ES), Itamar Franco (MG), Agenor Maria (RN), Saldanha Derzi (MS), Humberto Lucena (PB), Evelásio Vieira (SC), Cunha Lima (PB), Alberto Silva (PI); do PT, Hugo Ramos e Nelson Carneiro, ambos do Rio de Janeiro, e do PDT, Alano Barcelos (RJ). (EB).